

REFERÊNCIA: Projeto de Lei 180/2020

AUTORA: Deputada **VANDA MONTEIRO**

ASSUNTO: Dispõe sobre o rodízio de alunos durante a retomada do ano letivo das escolas públicas e privadas e dá outras providências.

RELATOR: Deputado **RICARDO AYRES**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER

I – RELATÓRIO

Submetido a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, o Projeto de Lei 280/2020, de autoria da nobre deputada Vanda Monteiro, que “Dispõe sobre o rodízio de alunos durante a retomada do ano letivo das escolas públicas e privadas e dá outras providências”.

Aduz que, no caso da aprovação das autoridades de saúde, o retorno das aulas presenciais carece de medidas para preservar nossos alunos, uma vez que eles podem ser os maiores vetores do vírus nesta volta às aulas.

Com isso, a medida tem por objetivo obrigar que as instituições de ensino da rede pública estadual adote o rodízio dos alunos, quando o ano letivo de 2020 for retomado, para mitigar o risco da contaminação, com a redução da quantidade de alunos por turma, respeitando o distanciamento em cada sala de aula.

Compete a esta Comissão se pronunciar sobre a admissibilidade e mérito da proposição, considerando seus aspectos constitucional, legal, regimental, redacional e de técnica legislativa, de acordo com as determinações do art. 46, inciso I, c/c o inciso I do artigo 73, do Regimento Interno.

Em seguida, foi encaminhado à douta Procuradoria, desta Casa de Leis, para análise e parecer, que manifestou pela inconstitucionalidade da proposta por vício de iniciativa, competência do Poder Executivo.

É o relato essencial.



II - DO VOTO

Pois bem, passamos à análise.

De início, é importante ressaltar que a pandemia alterou rotinas e comportamentos consolidados nos sistemas educacionais e, que o mundo ainda está perplexo, diante do contexto de enfrentamento da pandemia provocada pelo Covid-19 e sem precedentes, gerando situações de emergência e insegurança sanitária para todas as nações, e exigindo medidas de proteção e segurança relativas à vida e saúde dos cidadãos, em especial à população estudantil.

A Lei Federal 14.040, de 18 de agosto de 2020 que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade, em seu artigo 6º, dispõe que o retorno às atividades escolares regulares observará as diretrizes das autoridades sanitárias e as regras estabelecidas pelo respectivo sistema de ensino.

Seguindo este parâmetro, o Conselho Nacional de Educação, emitiu a Resolução CNE/CP nº 02, de 10 de dezembro de 2020, que instituiu diretrizes nacionais orientadoras para este período de calamidade, em seu art. 8º, disciplinou que:

Art. 8º Cabe aos sistemas de ensino federal, estaduais, distrital e municipais, bem como às secretarias de educação e às instituições escolares públicas, privadas, comunitárias e confessionais, definir seu calendário de retorno às aulas, em acordo com as decisões das autoridades sanitárias locais e dos entes federados, tendo em conta análise que identifique os riscos envolvidos na volta às aulas presenciais e, quando possível, apresentar mapeamento dos riscos locais e/ou regionais.

A presente proposta ao dispor sobre o rodízio de alunos durante a retomada do ano letivo das escolas públicas e privadas, caracteriza clara intromissão no poder discricionário do governo.

A interferência do Poder Legislativo na esfera de competência exclusiva do Poder Executivo resulta em transgressão ao princípio da independência e harmonia entre os Poderes, previsto nas Constituições Federal e Estadual.

A Carta Federal consagra a repartição da competência legislativa entre União, Estados e Municípios. Igualmente, em face do notório alargamento da atuação do Executivo no processo legislativo, há a previsão de uma repartição de competência também em termos horizontais.



A Constituição do Estado preceitua em seu art. 27, §1º, II, alínea “b” e “f”, que são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre a organização administrativa, criação, estruturação e atribuições das Secretarias e órgãos da administração Pública.

Tal disposição coaduna-se com aquela contida na Carta Magna, art. 61, § 1º, inciso II, alínea “e”, e nem poderia deixar de ser observada na organização estadual, visto consagrar a separação de poderes, que como princípio constitucional, o Estado-membro deve obrigatoriamente acolher em atenção ao disposto nos arts. 2º, 18 e 25, *caput* da Constituição da República.

A Constituição Estadual é taxativa quanto a competência do chefe do Poder Executivo e sobre sua discricionariedade.

Portanto, o projeto ora em questão, apesar de sua relevância padece de vício de inconstitucionalidade por violar o art. 2º da CF, e os arts. 4º e 27, § 1º, inciso II, alínea “f” da Constituição do Estado do Tocantins.

Ante o exposto, mesmo reconhecendo a relevância social da presente proposição, **VOTO** pela **REJEIÇÃO** do **Projeto de Lei 180/2020**, em face da inconstitucionalidade apontada, por ser matéria inserida nas competências do Poder Executivo.

É o Parecer.

Sala das Comissões, 02 de março de 2020.



Deputado **RICARDO AYRES**
Relator



**ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO**



DESPACHO

Aprovado o Parecer do(a) Relator(a)
Deputado(a).....*RICARDO AYRES*....., referente ao Projeto
de Lei nº *480/2020*.....na **Comissão de Constituição, Justiça e
Redação.**

Encaminhe-se (ao).....*Arquivo.*.....

Sala das Comissões, *09* de *maio* de 2021.

[Assinatura]
Deputado **RICARDO AYRES**
Presidente

MEMBROS EFEITIVOS

[Assinatura]
Dep. **CLAUDIA LELIS**

Dep. **CLEITON CARDOSO**

[Assinatura]
Dep. **JORGE FREDERICO**

[Assinatura]
Dep. **PROF. JÚNIOR GEO**

MEMBROS SUPLENTE

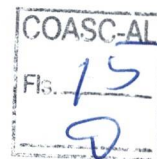
Dep. **AMÁLIA SANTANA**

Dep. **ELENIL DA PENHA**

Dep. **OLYNTHO NETO**

Dep. **FABION GOMES**

Dep. **VILMAR DE OLIVEIRA**



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Ofício n.º 18/2021 - DIOLE

Palmas, 19 de abril de 2021.

Senhora Deputada,

Informo a Vossa Excelência que o Projeto de Lei nº 180, de 16 de junho de 2020, de sua autoria que, “Dispõe sobre o rodízio de alunos durante a retomada do ano letivo das escolas públicas e privadas e dá outras providências”, foi deliberado na **Comissão de Constituição, Justiça e Redação**, no dia 09 do mês de março de 2021, pelo **Arquivamento**, conforme cópia do parecer em anexo. Caso haja interesse, recorra no prazo legal, conforme o art. 73-A do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Atenciosamente,

Deputado **RICARDO AYRES**
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação

A Sua Excelência
Deputada **VANDA MONTEIRO**
Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins
N E S T A

Assinatura
26-04-21